



continuação da página anterior

PROCESSO 0080200-24.2006.5.01.0036 DISSÍDIO DE 2002 (9,16%)

O sindicato peticionou nos autos pedindo vista do processo. Considerando que o juízo não se manifestou sobre o pedido, estamos postulando a penhora dos bens da empresa e estamos aguardando sua decisão. A justiça determinou que o Sindicato falasse sobre os cálculos da empresa e o fizemos.

PROCESSO 0107400-39.2005.5.01.0004 DISSÍDIO DE 2003 (32,95%)

Ingressamos com pedido de penhora dos terrenos da Riotrilhos. A justiça determinou ao Sindicato que apresente certidão de ônus reais devidamente atualizada para efetivar a penhora. Aguardando expedição da certidão por parte do R.G.I.

A Crise

Somos todos sabedores da atual crise financeira que estamos vivendo em todo país e conseqüentemente, no Estado do Rio de Janeiro, o governo não tem conseguido honra nem se quer o custeio daqueles setores essenciais como saúde, educação e segurança. Além disso, postergou as datas de pagamento do funcionalismo e agora propõe até parcelamento dos salários. Nesse contexto não temos conseguido avançar nas conversas junto ao estado na tentativa de uma solução negociada para o pagamento dos processos do chamado acordão. O Pior é que não dá para se fazer nem uma estimativa de tempo para uma solução. Resta-os continuar atuando na esfera jurídica que é tudo muito demorado principalmente para nossa ansiedade. **A COISA ESTÁ FEIA.**

PLENÁRIA DA FENAMETRO

Será realizada de 19 a 21, o 5º Encontro Nacional das Mulheres MetroFerroviárias que tratará do tema Mulheres, Lutas e Direitos e, nos dias 21 a 23 a Plenária Nacional dos MetroFerroviários, promovidos pela Federação Nacional dos MetroFerroviários – FENAMETRO, em São Paulo. Na assembleia de 04/04, elegemos os delegados/as da RIOTRILHOS que nos representarão nesse evento.

Tíquete Refeição/ Alimentação

A categoria vem cobrando de forma insistente ao Sindicato uma solução para por fim ao não reajuste dos nossos tíquetes alimentação/refeição que estão congelados em R\$ 13,50 desde 01/05/2003 e só foi reajustada a época por força de decisão judicial. Entendemos e compartilhamos das mesmas dificuldades, entretanto cabe lembrar que fazemos este tipo de cobrança de maneira sistemática.

Toda e qualquer oportunidade que temos em reuniões esta cobrança e feita de forma prioritária. Lembrando que, no ano da última eleição para o governo do estado, iniciamos conversas com a empresa nesse sentido.

A empresa fez um estudo de mercado encontrou um valor de

cerca de R\$ 21,00. Foi montado um processo administrativo e encaminhado aos órgãos competentes do estado que, alegaram não poder atender o pleito pois a lei eleitoral não permitia aquela correção para os tíquetes.

Para nossa surpresa no mesmo período o estado nos concedeu um reajuste salarial de 25% parcelado em 3 vezes para todos os empregados.

Outra surpresa veio quando os empregados da Central que tem situação semelhante a nossa fez uso do estudo feito pela Riotrilhos e simplesmente licitou a contratação dos tíquetes para seus empregados de forma direta sem a tal consulta e passou a distribuí-lo com o valor corrigido, nada contra eles receberem é mais que justo.

O que não é justo é o que fazem com os empregados da Riotrilhos. Qual o nome que podemos dar a esta situação discriminatória? O que levou a esse tratamento? Incompetência? Medo dos gestores de reivindicar uma melhoria para seus representantes? Cadê o tal empenho, esforço, reconhecimento dos quadros técnicos que a gente só vê nos discursos? Seria muito bom que a energia e os esforços que despendem para buscar recursos para a conclusão das obras fossem feitos também para pagar nossos direitos e manutenção da dignidade no nosso fim de carreira profissional na empresa, hoje gerida por quem não tem compromisso com a qualidade do serviço prestado à população.

LINHA DIRETA



Publicação Oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Metroviários,
Veículos Leves sobre Trilhos e Monotrilhos do Rio de Janeiro - SIMERJ

Gestão 2015/2017 - Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 07/04/2016 Nº 06

Rua Santa Amélia, 41 - Praça da Bandeira - CEP. 20260-030 - Rio de Janeiro

A CRISE DO ESTADO APROFUNDA A PENÚRIA NA EMPRESA

Entra ano sai ano, entra governo sai governo e a situação não muda. Não é possível que na empresa não exista alguém com o mínimo de interesse e competência para resolver uma questão tão ínfima. Diariamente ouvimos notícias sobre as dificuldades financeiras que o Estado do Rio de Janeiro passa.

Por outro lado, ato contínuo, tomamos conhecimento de gastos absurdos e desvios dos recursos neste mesmo Estado. Senão vejamos: nos anos 90 a onda neoliberal que varreu o nosso país vinda lá de fora e que pregava o estado mínimo, entregou na bacia das almas as nossas empresas públicas, com o pretexto de diminuir o custo do estado e priorizar os setores essenciais, que naquele momento, diziam que o transporte não estava entre as prioridades de investimento do estado o que, a partir daquele momento seria feito pela iniciativa privada e que as prioridades do estado seriam só as áreas de saúde, educação e segurança pública.

Baseados nestes “princípios”, digamos heterodoxos, entregaram a FLUMITRENS, CONERJ (barcas), BANERJ e METRÔ a grupos de investidores privados que fazendo uso dos recursos do BNDES e através de processos, eivados de suspeitas, se apropriaram das empresas públicas, levando tudo de roldão.

Milhares de trabalhadores foram jogados na rua da amargura, alguns iludidos por Planos de Demissão Voluntária – PDV, que se acabaram rapidamente, causando a desestruturação de suas famílias, deixando sequelas até hoje.

Lembramos que, se as empresas não davam lucro na boca do caixa e tinham que ser subsidiadas, por outro lado desenvolviam um grande papel social para o estado, pois exercia na prática, a sua real atividade meio, para a qual foram criadas, e não fim, como são hoje.

Hoje essas empresas praticam tarifas absurdas, recebem subsídios e o Estado investe nelas valores vultosos.

METRÔ

O nosso metrô, se é que podemos chamar de nosso, nos tem-

pos da operação pública não existia dinheiro, as expansões eram pontuais e poucas; com a concessão privada o estado entra com a maior parte dos investimentos.

BARCAS

O preço da passagem da barca que era centavos, hoje custa R\$ 5,60 e ainda é subsidiada pelo estado “generoso”. Além disso, existem os pesados investimentos com a compra das embarcações feitas pelo nosso generoso.

SUPERVIA

Na SuperVia (trens) há também a compra de nova frota de trens, além dos investimentos em reformas de estações e novos sistemas, são feitos com recursos públicos e, as empresa concessionárias quando participam é com financiamento do BNDES.

METRÔ LINHA 1-A

Na construção da chamada Linha 1-A, para nós gambiarra, gastou-se mais de R\$ 1 bi para fazer o provisório e, agora, poucos anos depois, já falam em fazer o definitivo e largar de lado o (mal) feito. Lembramos que foram

continua na próxima página



continuação da página anterior

utilizados recursos do Estado, numa operação que envolveu uma antecipação de pagamento da outorga de 30 anos que a concessionária pagaria e, para tanto, mais uma vez, recorreram ao BNDES.

METRÔ LINHA 4

Temos ainda a situação da Linha 4 que, mesmo sendo orçada em R\$ 700 milhões o km, corre o risco de não ficar pronta a tempo para as Olimpíadas, pois depende de uma suplementação de R\$ 1bilhão. É sabido que a cotação do custo/km médio de construção de metrô está em R\$ 250 milhões, cerca de R\$ 450 mi a menos que o “nosso”.

TELEFÉRICO

Foi publicado recentemente na imprensa que o Teleférico operado pela SuperVia, diga-se de passagem, sem a devida licitação, conforme determina a legislação vigente, foi alvo de denúncia de superfaturamento dos salários pagos que, na verdade nunca foram pagos na íntegra aos trabalhadores, só uma parte, mas eram cobrados ao Estado, pelo total nas faturas, nas planilhas de custo da SuperVia.

CONCLUSÃO

Podemos então concluir que, além dos subsídios que são dados, existem os superfaturamentos, as isenções fiscais de tributos, pagamento de contas de energia atrasadas, repasse à Light e isenções à Ambev e muitas outras; no final só pode acontecer isso: falta de dinheiro para pagar o salário do trabalhador que termina pagando o pato... e quando ameaçamos com GREVE, dizem que fazemos para prejudicar a população.

CIPA RIOTRILHOS

Denúncia

A CIPA, nos enviou correspondência com cópia de CI para a Presidência da RIOTRILHOS que relata a situação de insegurança no prédio Sede, em função das faltas de vigilância patrimonial, do CFTV nos casos do armazenamento de valores em espécie, cartões de bilhete único e caixa automático do Bradesco.

Eleições

Dias 11,12 e 13/04, ocorrerão as eleições da Gestão 2016. É importante que todos participem desse processo, valorizando esse instrumento de luta dos trabalhadores.

Fim da linha. Quem sobreviver verá!

É... COMO JÁ DIZIA MINHA VÓ: PACIÊNCIA TEM LIMITE.

Alguns companheiros cansados de esperar e ouvir historinhas desistiram da RioTrilhos, pediram o boné e foram embora. Depois de amargar anos e anos com seus salários aviltados, tendo que sobreviver com os tíquetes esmola, procuraram a empresa e pediram desligamento inclusive abrindo mão de alguns valores que poderiam ter direito se fossem demitidos. Estes companheiros te-

rão que sobreviver com suas miseráveis aposentadorias do INSS que em uma situação normal já não dá para muito. Agora imagina o nosso caso em que amargamos anos seguidos sem reajustes salariais achatando ainda mais nossas medidas de aposentadoria. Esta situação acaba favorecendo, abrindo espaços para os chamados “extra quadro” que na

grande maioria são, digamos, “bem relacionados”- com a direção e acabam arranjando uma boquinha. Parece-nos que este deverá ser o destino de grande parte dos empregados, mesmo aqueles que soham em receber os valores a que tem direito dos passivos trabalhista pois a empresa/estado usa de todos os subterfúgios legais e procrastinatórios e injustos para não pagar.



Andamento dos Processos Coletivos atualizados

PROCESSO 1050700-02.1993.5.01.0051 ENTRE NÍVEIS DE 1993

Em 08/12/2015 autos com Simerj para fazer atualização dos cálculos. Cálculos atualizados e encaminhados ao Metrô Rio. O Simerj está aguardando manifestação da empresa sobre os cálculos atualizados.

PROCESSO 0106600-78.1996.5.01.0019 13º SALÁRIO DE 1996

Processo devolvido pelo perito em 25/05/2015. Aguardando a intimação da Justiça para falar sobre a manifestação do perito. Sindicato concordou com o laudo do perito por estar em conformidade com a sentença de acordo com parecer do Perito/contador contratado pelo Sindicato para verificação dos cálculos. Justiça homologou os cálculos. Empresa foi intimada a depositar o valor devido, no entanto não depositou, tendo o Sindicato postulado a penhora de bens em razão da ausência de pagamento por parte da empresa. Estamos aguardando decisão da justiça sobre o pedido de penhora do bem. Em 01/02/2016 petição do Simerj requerendo dilação do prazo. O Sindicato está postulando penhora dos terrenos da Riotrilhos. A justiça determinou ao Sindicato que apresente certidão de ônus reais devidamente atualizada para efetivar a penhora. Aguardando expedição da certidão por parte do R.G.I.

PROCESSO 0157700-78.1996.5.01.0017 DISSÍDIO DE 1996 (4,44%)

O Sindicato recorreu da decisão da juíza que determinou a individualização dos cálculos e da execução. O recurso do sindicato encontra-se pendente de julgamento por parte do tribunal. Aguardando a decisão do recurso.

PROCESSOS DO ACORDÃO

Quanto ao Acordão que trata dos 5 processos a seguir e é possível imaginar as dificuldades que existem para se tratar de qualquer pagamento ou negociação junto ao Estado, tendo em vista que o governo não tem conseguido pagar em dia os salários do funcionalismo, com exceção do judiciário e do legislativo, com dificuldades para bancar inclusive o custeio de serviços essenciais como saúde, educação e segurança. O governo do estado meteu os pés pelas mãos; e nós com isso?

PROCESSO 0068400-33.2009.5.01.0023 DISSÍDIO DE 1998 (4,12%)

O recurso de agravo de instrumento da Riotrilhos não foi conhecido pelo TST. Após o trânsito em julgado da decisão deste tribunal, peticionamos pedindo vista do processo, considerando que o juízo não se manifestou, estamos postulando a penhora dos bens da empresa e aguardando a justiça se manifestar a respeito.

PROCESSO 0202100-63.2001.5.01.0063 DISSÍDIO DE 2000 (9,85%)

Refizemos os cálculos em conformidade com a determinação expressa da sentença e apresentamos ao juízo da 63ª. Vara do Trabalho onde estamos postulando a penhora dos bens da empresa. O juízo individualizou as liquidações/execuções, sendo interposto recurso por parte do Simerj. Aguardamos decisão do Recurso.

PROCESSO 0134900-41.2005.5.01.0017 DISSÍDIO DE 2001 (7,69%)

O Sindicato recorreu da decisão da juíza que determinou a individualização dos cálculos e da execução. O recurso do sindicato foi acolhido pelo tribunal, sendo determinado que a execução seja coletiva e promovida pelo Simerj; a Riotrilhos não recorreu da decisão. A Riotrilhos apresentou novos cálculos no processo. Atendendo a determinação da justiça o Simerj apresentou seus cálculos.